

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)

The Red-Black Peninsula – F.A.I. and the libertarian iberism during the interwar years (1927-1936)

La Péninsule Rouge-Noir – F.A.I. et l'ibérisme libertaire pendant la période de l'entre-guerres (1927-1936)

La Península Rubro-Negra – F.A.I. y lo iberismo anarquista en el período entre las guerras (1927-1936)

Gil Gonçalves
IHC-NOVA-FCSH
gilgoncalves65@yahoo.com

Resumo: O presente artigo explora a dimensão iberista da Federação Anarquista Ibérica (F.A.I.) e, por extensão, do pensamento libertário português e espanhol, dos anos vinte e trinta. Num primeiro momento, são historiadas as relações entre os movimentos anarquistas dos dois países - convocando debates coevos em torno de princípios como a solidariedade e o internacionalismo -, não sendo ignoradas as especificidades das respetivas conjunturas. De seguida, o enfoque recai sobre os anos de atividade da F.A.I., refletindo-se acerca do contexto que ditou a sua formação e mapeando-se o caminho que, finalmente, ditaria o seu ocaso, bem como o de todo o movimento libertário peninsular. Marcada que foi pela sua participação na Guerra Civil espanhola, muita da historiografia que se debruçou sobre a F.A.I. tende a ignorar a dimensão transnacional que esteve no seu gérmen. Ainda que de forma sumária e fragmentária, preencher essa lacuna pode contribuir para aprofundar significativamente a história do anarquismo peninsular. Para além de na sua formação terem estado envolvidos os principais vultos dos movimentos libertários de ambos os lados da fronteira, os debates tidos no seio da F.A.I. tornam-se indispensáveis para compreender a evolução das estratégias adotadas pelos anarquistas ibéricos perante conjunturas progressivamente mais repressivas. Contrariando um nacionalismo metodológico, particularmente danoso quando aplicado a movimentos com um carácter iminentemente internacionalista e anti-estatal, este artigo pretende destacar o lugar da F.A.I. simultaneamente enquanto solução de recurso e ideal internacionalista.

Palavras-chave: F.A.I., anarquismo, iberismo, entre guerras.

Abstract: This article explores the Iberist character of the Anarchist Iberian Federation (F.A.I.) and of the Portuguese and Spanish libertarian thinking during the 1920's and 1930's. Initially, we record the relations between the anarchist movements in both countries – resorting to debates around the principles of solidarity and internationalism – while also considering the particularities of their respective conjunctures. We then turn our focus to the years of the F.A.I., reflecting on the context that brought it about and mapping the path that lead to its dissolution. Marked by its participation in the Spanish Civil War, most historians tend to ignore F.A.I.'s transnational dimension. Filling that gap can contribute to a significant deepening of the history on the Iberian anarchist movement. Besides having involved the most notorious figures of the libertarian movements on both sides of the border in its formation, the debates that took place in the F.A.I. prove indispensable to understand the strategies adopted in the context of increasingly repressive scenarios. Fighting methodological nationalism (particularly prejudicial when applied to movements with an imminently internationalist and anti-state character), this article seeks to underline the place of the F.A.I. as both a last resort solution and internationalist ideal.

Keywords: F.A.I., anarchism, Iberism, interwar years.

Abstract : Cet article explore le caractère ibériste de la Fédération Anarchiste Ibérique (F.A.I.) et de la pensée libertaire portugaise et espagnole pendant les années vingt e trente. Dans un premier moment, on fait l'histoire des relations entre les mouvements anarchistes des deux pays – en convoquant des débats leurs contemporains sur les principes de la solidarité et de l'internationalisme –, sans ignorer les spécificités

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

de ses respectives conjonctures. Après cet encadrement, l'approche se dirige vers les années d'activité de la F.A.I., en réfléchissant sur le contexte qui a dicté sa fondation et en cartographiant le chemin qui a, finalement, provoqué sa chute. Marquée par sa participation à la Guerre Civile espagnole, la plupart des historiens ignorent sa dimension transnationale. Même par cette analyse sommaire, combler ce vide peut contribuer à approfondir l'histoire du mouvement anarchiste ibérique. Au-delà du fait que les figures plus notables des mouvements libertaires des deux côtés de la frontière ont participé à sa fondation, les débats qu'ont eu place à la F.A.I. sont indispensables pour comprendre les stratégies adoptées en face d'une conjoncture de plus en plus répressive. En combattant le nationalisme méthodologique, particulièrement nocif quand appliqué à mouvements internationalistes et anti-état, cet article veut souligner la place de la F.A.I. comme, simultanément, solution de derniers recours et idéal internationaliste.

Mots-clés : F.A.I., anarchisme, ibérisme, l'entre-guerres.

Resumen: Este artículo explora el carácter iberista de la Federación Anarquista Ibérica (F.A.I.) y del pensamiento libertario portugués y español en los años veinte y treinta. En primer lugar, son historizadas las relaciones entre los movimientos anarquistas de los dos países - convocando debates coevos en torno de los principios de solidaridad e internacionalismo – sin ignorar las especificidades de sus respectivas coyunturas. El enfoque incide enseguida sobre los años de actividad de la F.A.I., reflejando el contexto que ha dictado su fundación y mapeando el camino que, finalmente, ha dictado su ocaso, bien como el de todo el movimiento anarquista peninsular. Marcada que ha sido por su participación en la Guerra Civil, la historiografía que se ha debruzado sobre la F.A.I. tiende a ignorar la dimensión transnacional que estuvo en su germen. Aun que, de forma sumaria y fragmentaria, llenar ese hueco puede contribuir para profundar significativamente la historia del anarquismo peninsular. Además de ter contado con el involucramiento de las principales figuras del movimiento anarquista de los dos lados de la frontera en su formación, los debates que tuvieron lugar en la F.A.I. son indispensables por comprender la evolución de las estrategias adoptadas pelos anarquistas ibéricos delante de coyunturas progresivamente más represivas. Contrariando un nacionalismo metodológico particularmente nocivo cuando aplicado a movimientos con carácter internacionalista y anti-estatal, este artículo pretende destacar lo lugar de la F.A.I. tanto como solución de recurso como ideal internacionalista.

Palabras clave: F.A.I., anarquismo, iberismo, entre las guerras.

«É preciso que se deixe de tomar a sério a fronteira como até aqui»

A Comuna, 1924

«Abrazados, forjamos nuestra consciencia e idealidad revolucionaria, ahí en una barcaza mecida por el cauce hondo y la corriente del Tajo, con la creación histórica del movimiento libertario ibérico»

Tierra y Libertad, 1931

Introdução

O anarquismo assume como desiderato o fim dos Estados, recusando modelos de organização da sociedade que promovam a divisão e o antagonismo entre povos unidos por lutas e anseios partilhados. No entanto, tentar coordenar ou conceptualizar estratégias de associação que transcendam, de forma duradoura, os limites espaciais impostos pelos estados-nação, expõe um conjunto de dificuldades, tanto de natureza prática como teórica. As relações internacionais do movimento, em virtude da repressão generalizada ou devido à necessidade de criar sistemas de representação num quadro ideológico que os renega,

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

acabavam frequentemente por se revelar infrutíferas. Ainda assim, passar ao lado desses diálogos seria esquecer uma das dimensões fundamentais do movimento libertário, tão mais relevante quanto aparentemente contraditória, conflitual e intangível – o internacionalismo. Houve momentos em que esbater fronteiras pareceu possível e, no contexto ibérico (após anos de tentativas) foi criada uma federação com o propósito de congregar militantes portugueses e espanhóis, até então separados por uma linha imaginária que, à luz das suas aspirações comuns, pouco dividia.

A proposta deste artigo passa por mapear os caminhos que conduziram às aproximações entre os movimentos anarquistas de ambos os países, tendo em conta tanto as realidades partilhadas como as particularidades que os distinguem. Num primeiro momento, são discutidos os mecanismos de solidariedade transfronteiriços - tanto as formas que assumiam como a sua eficácia -, apurando-se o peso dessas redes na construção de um espaço comum de resistência. De seguida, será dada particular atenção à questão da unidade interna do movimento, dilema que atinge de forma diferenciada libertários portugueses e espanhóis e que será uma das mais relevantes motivações para a criação da Federação Anarquista Ibérica, organismo cujo período de atividade será alvo de especial enfoque. Afinal, que dividendos foi possível retirar da comunhão de esforços que a F.A.I. representou durante os anos 20 e 30 do século XX?

Deste modo, espera-se contribuir para aprofundar tanto os estudos acerca da questão iberista como aqueles que se dedicam à análise do pensamento e ação anarquista peninsular. Por um lado, trazer o iberismo para o estudo do movimento libertário permite alargar o tema a grupos que não elites – intelectuais ou políticas - vinculadas ao pensamento federalista liberal do século XIX. Por outro, serve também para contrariar as teses de autores como Garner (2016) e Gómez Casas (1986), que secundarizam o lugar dos anarquistas da região portuguesa no quadro das estruturas federais ibéricas, circunscrevendo-as ao estado espanhol e ignorando os seus desígnios fundadores.

Solidariedade, Internacionalismo e Iberismo

As relações entre grupos libertários portugueses e espanhóis começam na segunda metade do século XIX, sendo o momento fundador da primeira secção da Associação Internacional dos Trabalhadores (A.I.T.) em Portugal revelador do quão profícuos foram esses diálogos transfronteiriços seminais. Tentando contornar a repressão intempestiva

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

de Sagasta no rescaldo da Comuna, o Conselho Federal da Federación Regional de España de la A.I.T. (F.R.E.) parte, no início de junho de 1871, para o exílio em Lisboa. É na capital portuguesa que três das suas figuras mais destacadas (Francisco Mora, Anselmo Lorenzo e Tomás González Morago) vão iniciar contactos com o Centro Promotor português (onde pontuavam José Fontana, Antero de Quental e Nobre França) e ajudar a criar a Fraternidade Operária, que toma os estatutos bakuninistas da Aliança. Em fevereiro do ano seguinte inicia-se a publicação d’*O Pensamento Social* (onde colabora também Oliveira Martins) e, em julho, existiam já secções em Lisboa, Porto, Alcobaça e Leiria, totalizando perto de 8 mil membros (Termes, 1977: 140-141).

Se os primeiros contactos foram fruto indireto da repressão que se abatia sobre estes “agitadores”, forçando estadas de anarquistas espanhóis em Portugal e vice-versa, cedo se começaram também a realizar encontros mais premeditados. Os primeiros congressos que reúnem militantes dos dois países têm lugar na cidade galega de Tuy em 1901, em Viana do Castelo em 1902 e em Braga em 1903. Tratava-se dos “Congresos Obreros Galaico-Portugueses” (Freire, 2017:196) e tiveram como intuito “desenvolver uma acção comum de propaganda, organização e resistência nas duas regiões irmãs” (Sousa, 1976: 56). Seria preciso, no entanto, passar mais de uma década para que se voltasse a organizar um encontro do género, novamente na Galiza - no Ferrol - entre os dias 29 e 30 de abril de 1915. O “Congresso Internacional Pró-Paz, promovido pelo Ateneo Obrero Sindicalista de Ferrol, tinha a ambição de reunir organizações operárias de todo o mundo por forma a estabelecer as linhas para uma acção coordenada dos trabalhadores contra a guerra, de acordo com as teses de neutralidade propaladas por Malatesta. Tendo mobilizado militantes italianos, latino-americanos e estado-unidenses (muitos deles expulsos após a proibição do congresso, que, ainda assim, avançaria clandestinamente), não deixaram de se tomar decisões respeitantes à cooperação entre anarquistas portugueses e espanhóis. É o delegado português Ernesto Costa Cardoso quem começa por destacar a necessidade de um “Pacto de Solidariedade” entre os dois países, uma posição que seria subscrita pelo delegado do Comité de Propaganda Social de Lisboa¹. Destaquem-se os dois primeiros pontos das deliberações do congresso sobre essa matéria:

¹ “El Proletariado ante la guerra – Congreso Internacional de Ferrol”, *Solidaridad Obrera*, 13 de Maio de 1915, 1.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

1. «Que este congresso nomeie um comité composto por delegado de Espanha e Portugal»;

2. «Que se trate de estreitar os laços de solidariedade entre o proletariado de ambos os países, dando-se assim princípio à organização da Federação Ibérica, célula inicial da Federação Internacional dos Sindicatos Operários, contra a guerra, contra todas as guerras, contra a exploração capitalista e contra a tirania do Estado» (Sousa, 1931: 108).

Pelo menos para os militantes portugueses, esse estreitar de laços parecia ser um dos mais relevantes pontos da ordem de trabalhos². A ideia de formar essa federação comum foi bem acolhida e quis-se até ir mais longe e alargar o projeto, constituindo uma “Associação Internacional de Sindicatos Operários”³. Mas este espírito voluntarista rapidamente esmoreceu e, em virtude da repressão e da conjuntura internacional desfavorável (a paz ainda tardaria), nenhum tipo de organização formal se constitui. Além disso, do lado espanhol, a prioridade estava na reorganização da C.N.T., tendo o encontro sido aproveitado para discutir as alterações dos seus quadros dirigentes (Abelló Güell, 1997: 76). Ainda assim, a ideia não seria esquecida e, mesmo que de forma não sistemática, delegados espanhóis e portugueses começariam a participar nos congressos sindicais realizados em ambos os países.

Não tendo esses encontros resultado numa transposição formal da fronteira, a proximidade entre os anarquistas ibéricos vinha já sendo continuamente reforçada por campanhas de solidariedade alheias a qualquer delimitação estatal. As suas mais reconhecíveis demonstrações enquadram-se naquilo a que Durkheim chamaria “solidariedade mecânica” (Durkheim, 1960: 179), isto é, aquela que tem lugar entre elementos de grupos com grandes afinidades entre si, partilhando objetivos, valores, experiências e mundividências. Acreditando na “absoluta autonomia, auto-suficiência e competência revolucionária dos trabalhadores”, era a estes e às suas organizações que cabia coordenar a luta contra um sistema capitalista internacional. Luta que, forçosamente, teria de ignorar fronteiras e estados, rumo à construção de uma sociedade federalista administrada pelos trabalhadores eles mesmos (Thorpe, 1989: 1). Foi esse credo internacionalista, consagrado na Primeira Internacional, que guiou o movimento operário do século XIX e fez de episódios como a Comuna de Paris ou a Revolta de

² “Congresso de Ferrol”, *Germinal*, 25 de Abril de 1915, 1.

³ “Congresso de Ferrol”, *Germinal*, 30 de Maio de 1915, 3.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

Haymarket marcos indelévels para qualquer militante libertário. O carácter universalista do movimento fazia com que aquelas lutas deixassem de pertencer apenas a este ou àquele país, passando a ser um património de todos os anarquistas e socialistas radicais - e, no entender destes, da própria “Humanidade”.

Em 1909, também a Península Ibérica será palco de mais um desses episódios tragicamente célebres. Em resposta ao recrutamento para a guerra de Melilla, estalam um conjunto de revoltas violentas e alimentadas por um descontentamento motivado por muito mais do que o conflito em Marrocos. Para as autoridades, à procura de responsáveis dos quais fazer exemplo, Ferrer y Guardia, um pedagogo anarquista que, poucos anos antes, fora acusado de envolvimento em conspirações regicidas, desempenhou o papel de ideólogo instigador das perturbações da ordem. Ferrer acabaria fuzilado, tornando-se o símbolo de uma repressão arbitrária que ficaria para a história como a “Semana Trágica”. É também a partir dessa decisão discricionária que o anarquismo, como movimento de massas, passa para o primeiro plano da luta política em Espanha (Álvarez Junco, 1985: 194).

A comoção provocada por esses dias uniu no repúdio ao governo de Maura anarquistas, socialistas e republicanos, muito para lá dos contextos peninsulares e europeus, numa demonstração de vitalidade daquilo que todos entendiam ser a “consciência humana universal”.

Em Portugal, apesar de um contexto também ele repressivo, vários grupos fizeram questão de manifestar a sua solidariedade, dando-se conta de uma mobilização muito pouco usual⁴. Constituiu-se em Lisboa um comité de apoio às vítimas do despotismo com o propósito de, para além de organizar protestos e sessões de propaganda, angariar fundos destinados a auxiliar presos, perseguidos e suas famílias a fazer face às inúmeras privações a que estavam sujeitos. Numa “quête” aberta n’*A Sementeira*, foram recolhidos cerca de 128 mil réis, tendo-se dedicado dois números do mensário integralmente à propaganda do trabalho de Ferrer – uma vez que muitos foram aqueles que se propuseram a fundar escolas baseadas no modelo da Escola Moderna, necessitando “o maior número” de ser esclarecido a respeito dos propósitos desta⁵. Foram publicados diversos opúsculos e obras do pedagogo catalão e os movimentos contrários à monarquia dinamizam-se. De

⁴ “Pró vítimas de Espanha”, *A Sementeira*, Setembro de 1909, 2.

⁵ “Escola Moderna”, *A Sementeira*, Outubro de 1909, 12.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

resto, pode ser pertinente ponderar as consequências que estes episódios terão tido na mobilização popular que, pouco mais de um ano depois, contribuiria para implantar a República em Portugal - talvez a desconsideração pela instituição monárquica não se baseasse meramente em fatores endógenos.

Contudo, este tipo de mobilização era, no lado português, pontual, havendo um historial de campanhas semelhantes, mas pouco consequentes. Meses antes do caso Ferrer, e aderindo à pressão internacional que exigia a libertação dos presos de Alcalá del Valle que ainda se encontravam encarcerados após uma greve geral nessa localidade, o semanário *O Protesto* apela ao boicote aos produtos oriundos de Espanha. Em qualquer contexto, uma iniciativa dessa envergadura seria sempre audaciosa, mas é o reconhecimento *a priori* do seu fracasso no mesmo artigo que a lança que revela o estado da mobilização anarquista nos últimos tempos da monarquia, dando conta de uma solidariedade impossível:

«Verdade é que o proletariado em Portugal está completamente desorganizado e que esta forma de protesto não se fará sentir como era desejável (...). Mas nós, que sentimos e pensamos, nós que estamos acima da massa anónima, não desanimamos, por isso, devemos boicotar quanto possível tudo o que cheire a Espanha oficial»⁶.

Na larga maioria das vezes, estes gestos eram meramente simbólicos e, se nos primeiros anos da República o cenário se modifica positivamente, passado o fulgor inicial vêm à tona as dificuldades de sempre, o que não impediu que, pelo menos até 1926, se continuassem a promover subscrições públicas e comícios como forma de enviar solidariedade àqueles que dela precisassem.

Em todo o caso, isoladamente, estes gestos dizem-nos pouco quanto à presença de um iberismo libertário. João Freire descreve este tipo de mobilizações como fruto de uma “solidariedade ibérica”, enquadrada por um internacionalismo mais lato. Afirma que “não se trata tanto de práticas de «iberismo», mas antes de recursos de proximidade” (Freire, 2017: 207), lembrando também que não se encontram vestígios de iberismo nos programas políticos do movimento. Até certo ponto, podemos acompanhar esta tese. Mas, se é verdade que não são frequentes as declarações explícitas em defesa do iberismo nos programas e órgãos libertários, permanecendo o internacionalismo como o valor

⁶ “Alcalá del Valle”, *O Protesto*, 20 de Março de 1909, 4.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

dominante, não se deve descartar tão prontamente a hipótese de uma influência iberista mais discreta, mas nem por isso irrelevante. Há, afinal, vários pontos de contacto possíveis entre projetos iberistas e princípios e valores libertários⁷. Para Antero de Quental, por exemplo, não foi difícil conciliar os dois ideários a partir da valorização de modelos de organização política federais. O jovem poeta, marcado por Proudhon, considerava que não havia para portugueses e espanhóis outro ideal que não o da democracia e federalismo, passando a resposta à crise da sua época (económica, mas também cultural e moral) por uma revolução que contrapusesse à burguesia e à centralização a democracia e a federação (Marques, 2007: 77). Antes dele, já Henriques Nogueira, outro dos precursores das ideias republicanas e socialistas em Portugal, havia destacado as afinidades entre os povos peninsulares, defendendo um federalismo ibérico capaz de articular um pensamento municipalista herdado de Herculano com as ideias proudhonianas e as teses de Sinibaldo de Mas (Matos, 2017: 41-42). Por sua vez, do lado espanhol, Pi i Margall, presidente na efémera Primeira República Espanhola e também discípulo de Proudhon⁸, seria um dos mais prolixos defensores de um projeto federalista ibérico descentralizado, o que lhe valeria a popularidade nos sectores anarquistas⁹. Já nos primeiros anos do século XX, o iberismo catalanista, teorizado por Ribera i Rovira e Prat de la Riba, seria responsável por uma renovada projeção do federalismo ibérico, sobretudo junto dos sectores republicanos de ambos os países (Martínez-Gil, 1997: 120).

O movimento operário peninsular recebeu o iberismo por via do federalismo¹⁰, estando o ideal de uma federação ibérica inscrito em tradições republicanas e socialistas desde meados do século XIX. Não é, por isso, crível que os anarquistas portugueses e espanhóis fossem inteiramente alheios a sensibilidades iberistas. Sensibilidades essas que não estiveram ausentes aquando da formação da F.A.I., a realização mais palpável de uma unificação entre movimentos políticos análogos de ambos os estados.

⁷ Não por acaso, alguns dos detratores do iberismo em Portugal fizeram questão de o vincular ideologicamente à Primeira Internacional (Matos, 2017: 147).

⁸ Do filósofo político e económico francês traduziria a obra *Do Princípio Federativo*, aludindo no prólogo à União Ibérica no quadro dos nacionalismos expansionistas (Rocamora, 1994: 103).

⁹ Que lhe reconheciam ainda o seu papel *determinante no desenvolvimento das ideias libertárias em Espanha* (Rocker, 1998: 144).

¹⁰ De resto, o primeiro espanhol a assistir a um congresso da Internacional fá-lo enquanto representante da “Legião Ibérica” (Rocamora, 1994: 103).

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

Mas como pode o sentimento iberista coabitar com a defesa arreigada de valores internacionalistas? Em boa verdade, a relação do movimento libertário com a ideia de pátria (mesmo que entendida como uma pátria-consciência, desvinculada de uma dimensão material e estatal de nacionalidade) sempre foi complexa. Se, em determinados momentos, os seus militantes pareciam responder a chamamentos de pendor universalista, outros houve em que se manifestavam outro tipo de vínculos, bem mais particularistas. Afinal, para os anarquistas o inimigo primordial era o Estado e não a nação, não sendo rara a associação da nacionalidade a laços de fraternidade pervertidos pela exploração capitalista.

A manifestação mais paradigmática dessas posturas ambíguas surge aquando da Primeira Guerra Mundial, quando muitos militantes anarquistas e socialistas aceitam os termos em que se colocava o conflito, indo para a frente combater os seus congéneres em defesa de valores pátrios dos quais não pareciam abdicar com a veemência e coerência esperada. Muitos dos que, durante décadas, professaram teses anti-militaristas, acabaram por rever as suas posições - contando-se entre eles Kropotkine¹¹, produtor de discursos assentes num muito leviano anti-germanismo, defendendo a causa dos aliados com a convicção, retrospectivamente ingénua, de que uma derrota das potências centrais serviria como propulsor da Revolução anarquista na Europa (Levy, 2004: 335).

Podemos rastrear estes posicionamentos a um dos “pais” do movimento, Bakunine. Este afirmaria, num dos primeiros debates fraturantes que tiveram lugar na Primeira Internacional, que a nação era um produto de comunidades estabelecidas há muito, anteriores ao capitalismo e ao Estado, e cujos valores se viram conspurcados pelo advento da industrialização. Além disso, são célebres os seus comentários de teor racial, presentes nomeadamente nas suas teses pan-eslavistas. Bakunine entendia que o proletariado e o campesinato eslavos eram, essencialmente, contrários à organização estatal, uma característica que partilhariam com os povos que rotulava como “latinos” – referindo-se sobretudo a Itália e Espanha (Levy, 2004: 335)¹².

¹¹ Co-autor do *Manifesto dos Dezasseis*, em apoio dos aliados, que contava ainda com a assinatura de outros anarquistas proeminentes, como Jean Grave ou Charles Malato.

¹² Eram teses das quais se afastariam imediatamente Marx e seus partidários, que argumentavam que as nações nada mais eram que criações políticas ao serviço das elites (Forman, 1998: 22).

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

Adotando um tom semelhante, o historiador Juan Díaz del Moral afirmaria que são os diferentes contextos socioeconómicos e culturais que explicam que nos países industriais, com sociedades “estruturadas, de elevada cultura” tenha vingado o socialismo científico, tendo o anarquismo mobilizado os “países agrícolas, individualistas, inorgânicos, de cultura retrasada, las regiones del sol, los pueblos de tipo oriental, parte de Francia, Itália, la Península Ibérica, la América española y la portuguesa” (Díaz del Moral, 1995:95). Estas últimas estariam mais recetivas ao “optimismo ingenuo y utópico” de um Bakunine, que punha a conquista de um paraíso terreno no plano imediato, por oposição ao pessimismo de certas concepções marxistas. A adesão maioritária de portugueses e espanhóis à facção bakuniniana da Internacional não seria, pois, um acidente histórico.

Já no século XX a popularização do iberismo vai continuar a encontrar eco em pensadores anarquistas de ambos os lados da fronteira, cientes desses vários fatores que justificavam uma luta comum. Em Portugal, Francisco Quintal é um daqueles em que essas influências são mais visíveis. O redator do periódico *O Anarquista* e membro do Comité Nacional da U.A.P. promoveria ativamente lugares comuns do iberismo oitocentista, lembrando que a geografia nada dividia e que, na sua forma anarquista, o iberismo “é uma aurora muito mais deslumbrante, mais um aspeto de urna ideologia que se alia com a ciência de organização social” (Rocamora, 1990: 582). Do lado espanhol, destaca-se Diego Abad de Santillán, um dos mais ativos elementos da F.A.I., que via na Ibéria uma “unidade histórica, geográfica e social”, sem barreiras espirituais ou ideológicas, (Rocamora, 1990: 732) - termos não muito distintos do pan-eslavismo bakuniniano e de outros nacionalismos expansionistas da época. Não existia, para estes teóricos, uma contradição entre um pensamento iberista e um ideal internacionalista, defendidos simultaneamente. A Ibéria era vista como um espaço separado de forma antinatural e sem respeitar a história partilhada de um povo, sendo o iberismo apenas um passo para a formulação de uma união ou federação mais abrangente, reunindo, no limite, toda a Humanidade.

Apesar das proximidades ideológicas, geográficas e, segundo se cria, culturais e históricas, nunca foi fácil manter relações sistemáticas e produtivas que diluíssem a fronteira. Não houve uma evolução linear dos contactos entre os vários coletivos ibéricos

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

e, quando estes se federaram, as adversidades sobrepuseram-se a desígnios ideais ou sentimentos de irmandade.

A questão da Unidade – das dificuldades internas à viragem iberista

Antes da análise aos anos da F.A.I., importa refletir acerca das motivações que, para lá do plano ideal, estimularam o projeto federal ibérico. A falta de eficácia dos mecanismos de solidariedade já analisados deve-se à incapacidade que o movimento anarquista português revelou em alcançar uma unidade interna, acontecendo o mesmo com os seus correligionários espanhóis e de outras partes do globo.

Nos primórdios do movimento anarquista, dada a repressão generalizada, as tentativas de centralizar as suas atividades eram vistas como estando condenadas ao fracasso. A partir do Congresso de Londres de 1881, com a criação de uma inoperante Internacional Libertária, venceria a corrente que valorizava a acção individual ou em pequenos grupos como forma de conseguir mobilizar apoios. Populariza-se a ideia da propaganda pelo ato enquanto forma de ação violenta, capaz de “despertar as massas” para o seu desígnio revolucionário através do estalido das bombas (Maitron, 1981: 11). Um otimismo revolucionário que, para além de ter gerado profundas críticas internas, reforçou o isolamento dos seus militantes, que tinham agora não só que combater a repressão estatal como procurar recuperar a confiança de uma opinião pública que, mesmo no meio operário, se dissociava dessas práticas. Vista como desumana e inútil, a aposta nessa forma de militância, promovida por aqueles que criticavam a moderação do sindicalismo, afastaria muitos operários dos próprios ideais internacionalistas (Abelló Güell, 1997: 51).

É em resposta a esta conjuntura hostil que se começa a teorizar o Sindicalismo Revolucionário como meio de chegar à revolução. Por um lado, tratava-se de uma estratégia de aproximação ao proletariado, por outro, era uma forma de combater a crescente burocratização e partidarização de um movimento sindical que se via como um fim em si mesmo, tendo por objetivo pequenas melhorias alcançadas através de lutas quotidianas e não o derrube do sistema capitalista.

A influência destes princípios, consagrados na Carta de Amiens de 1906, teve diferentes consequências de um lado e doutro da fronteira. Em Portugal, produz-se uma rutura entre o sindicalismo socialista e o de pendor anarquista, sendo que este último

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

rapidamente se torna hegemónico (Fonseca, 1988: 31). A cisão fica consagrada no congresso de Tomar de 1914 com a formação da União Operária Nacional que, reunindo as duas fações, seguia os modelos de organização do sindicalismo revolucionário, nomeadamente a independência face aos partidos e o reconhecimento da autonomia dos sindicatos aderentes (Teodoro, 2013: 35). No Congresso de Coimbra, em 1919, a U.O.N., vista desde a sua fundação como transitória, daria lugar à Confederação Geral do Trabalho que seria, até à sua extinção em 1927, a única estrutura sindical de alcance nacional no país. Mas essa unidade sindical era praticamente um caso único na Europa, sendo que em Espanha o cenário era radicalmente diferente.

Quando em 1910 é fundada a C.N.T., existia já, desde 1888, uma estrutura sindical nacional controlada pelos socialistas (a UGT), permanecendo ambas a operar em simultâneo, com todos os custos que essa mesma divisão acarretava. No entanto, garantia-se uma maior unidade no interior da própria C.N.T., dominada absolutamente pelos anarco-sindicalistas que gozavam de espaço suficiente para radicalizar as suas posições, ao passo que quer a U.O.N. quer a C.G.T. se viram a braços com disputas internas que reduziam a sua capacidade de ação.

Não obstante, os primeiros anos da C.N.T. foram árduos. Logo em 1911 é ilegalizada, mantendo-se nessa condição inoperacional até 1915. Por essa altura, procede a uma profunda reorganização aumentando significativamente o número de sindicalizados (aproveitando da melhor maneira a greve geral de 1916 e a conjuntura proto-revolucionária do Triénio Bolchevique). Contudo, o período que alimentou este dinamismo não se saldou na derrota das forças capitalistas e, assim sendo, abateu-se sobre a C.N.T. uma nova vaga repressiva cuja violência levou a que muitos dos recém-filiados abandonassem novamente a militância ativa.

Após uma breve acalmia, a paralisação dos transportes em Barcelona em 1923 serviu de justificação para a intervenção militar liderada por Primo de Rivera e para o subsequente estabelecimento da ditadura. Apesar dos esforços despendidos para formar uma frente de resistência que unisse C.N.T. e U.G.T., a vontade demonstrada pelo partido socialista em aderir ao regime que se inaugurava (Gómez Casas, 1986: 69) impossibilitaria a unidade sindical e fomentaria novas divergências. Abria-se caminho não só à desmobilização, mas também ao crescimento das alternativas comunistas e socialistas. Com muitos dos seus dirigentes mortos e presos, a C.N.T. vê-se, a partir de

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

1924, impossibilitada de continuar a ser um organismo verdadeiramente nacional, transformando-se numa conglomeração de federações locais sem qualquer tipo de disciplina coletiva (Christie, 2002: 25).

Em Portugal os problemas que se punham eram de outro tipo. Não houve um equivalente ao Triénio Revolucionário nem a subsequente dinamização da C.G.T. Bem pelo contrário. Quando a 18 de novembro de 1918 se convoca uma greve geral com intenções revolucionárias, cedo se percebe que se trata de uma iniciativa condenada ao fracasso (Teodoro, 2013: 41). A mobilização não é notável e a repressão é eficaz, tendo o insucesso da *démarche* provocado o “desalento nas massas trabalhadoras” e o descrédito da própria Central de Sindicatos (Teodoro, 2013).

Quanto às discussões em torno do que deveria ser a atividade sindical, os mais intensos debates organizavam-se em torno de duas posições distintas: por um lado, havia os que acreditavam que se tinha tornado necessário associar o sindicalismo a um projeto de tomada de poder (do parlamento) e, por outro, havia os que continuavam a defender uma via completamente dissociada de ligações partidárias. Estas disputas internas terão dificultado o reforço do movimento sindical em Portugal, ao ponto de, em 1923, se poder afirmar que “a acção anarquista mal se faz sentir”¹³. Surgem propostas frentistas como forma de fazer face às divisões internas, reunindo socialistas, anarquistas e comunistas, mas são, regra geral, mal acolhidas. A esse respeito, publica-se no semanário *A Comuna* um artigo ilustrativo do clima que reinava na C.G.T.:

«(...) a frente única só será um facto, depois de sofrermos a dura prova da reacção que se avizinha com o seu sinistro cortejo de prisões, assassinatos, deportações, etc. Assim que todos os militantes sofrerem os ímpetos da onda reaccionária, acabarão por abandonar o eterno comodismo, e outros deixarão de fazer a sua nefasta obra divisionista no seio do proletariado. Se a frente única não se tem realizado a culpa não cabe aos anarquistas, mas sim a todos os que desconfederam os seus sindicatos, ou propositadamente se atrasam no pagamento das cotizações confederais para sabotar a C.G.T. (...)»¹⁴.

Por esta altura, a ditadura de Primo de Rivera em Espanha era um assunto incontornável e suscitava as maiores preocupações no meio libertário português.

¹³ *A acção anarquista só será verdadeiramente produtiva se for bem coordenada por uma consciente organização*, *A Comuna*, 11 de Novembro de 1923, 2.

¹⁴ “Frente única?” *A Comuna*, 28 de Outubro de 1923, 3.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

Impunha-se uma reorganização e um reagrupamento, objetivo para o qual se reunira, também em 1923, a Conferência de Alenquer. Dela nasce a U.A.P. (União Anarquista Portuguesa), com o propósito de estimular a organização e a propaganda num país onde esta parecia continuar num estado tão “embrionário” como vinte anos antes (Sousa, 1989: 96). No entanto, meses depois da sua realização, as iniciais proclamações de sucesso revelavam-se infundadas aos olhos de alguns observadores:

«(...) pouco depois, nalguns anarquistas o entusiasmo esfriou, recolhendo-se à sua anterior inacção. Muitos dos aderentes à conferência e que nela demonstraram a necessidade da acção anarquista têm feito justamente o contrário. (...)»¹⁵.

Este ambiente de desagregação era propício tanto para as forças mais conservadoras como para aquelas que queriam reforçar a sua posição na disputa pela hegemonia no seio do movimento sindical e operário. Se nos primeiros tempos após a Revolução Russa os sectores comunistas permaneceram minoritários (como demonstrara o Congresso da Covilhã de 1921¹⁶), tornar-se-iam progressivamente uma ameaça mais concreta. Ainda assim, e já em 1925, a C.G.T. adere por votação maioritária à A.I.T., afastando-se da I.S.V. (Internacional Sindical Vermelha ou Profintern) e reforçando a sua posição anti-partidária. Enquanto isso, é dado pelos militares um primeiro aviso do que estava por vir com a revolta de 18 de abril de 1925, sem que essa chamada de atenção tenha servido para atenuar as animosidades internas e impedir que, a 28 de Maio de 1926, se consumasse o início de uma ditadura de quase meio-século.

Também em Espanha os comunistas procuraram trazer para a sua esfera de influência a C.N.T., mas sem sucesso, apesar de o seu peso ser já muito mais significativo do que em Portugal (Garner, 2016: 109). Com os principais líderes encarcerados, as lutas internas entre grupos minoritários da C.N.T. prosperaram e, entre finais de 1920 e inícios de 1921, os comunistas chegam a controlar a confederação que, até à Conferência de Zaragoza em 1922, se vinha aproximando da I.S.V. (Abelló Güell, 1997: 100). Em ambos os países parece ficar claro que o movimento comunista começa a ganhar vantagem sobre

¹⁵ *A Acção anarquista só será verdadeiramente produtiva se for bem coordenada por uma consciente organização, A Comuna*, 11 de Novembro de 1923, 2.

¹⁶ Ainda que já então o veneno moscovita havia separado mais ou menos ostensivamente alguns militantes, que para aquele congresso levaram, sem o pensarem, o espírito da cínica sentença de Lenine (Sousa, 1931: 178).

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

o anarquista durante a ditadura, conseguindo organizar-se clandestinamente aparentemente com muito mais eficácia. Os números de militantes que por essa altura transitaram do campo anarquista para aderirem à causa bolchevique são bem ilustrativos (Freire, 1992: 267).

Será, pois, num período em que ambos os países estão a braços com uma duríssima repressão governamental e com paralisantes cismas internos que nascerá, em 1927, a Federação Anarquista Ibérica, concretizando o desígnio de longa data de unir o movimento anarquista na península. O que nunca acontecera quando os tempos eram mais propícios seria agora posto em prática sob regimes ditatoriais, improvisadamente e como forma de dar resposta a um cenário pouco auspicioso.

Os anos da F.A.I. (1927-1936)

Os passos decisivos para a constituição formal de uma federação ibérica começam a ser dados no início dos anos vinte. Em dezembro de 1919, realiza-se em Madrid um congresso nacional da C.N.T., tendo Manuel Joaquim de Sousa representado a C.G.T. Revela-se satisfeito com a receção e, em conjunto com alguns camaradas espanhóis, lança as bases para a criação de uma Confederação Latina que, tendo como células iniciais as confederais portuguesa e espanhola, se estenderia idealmente à francesa e italiana. A receção da ideia nesses dois últimos países seria muito pouco entusiástica por considerarem a conjuntura adversa, no entanto, o plano manteve-se de pé a nível peninsular. Nos congressos nacionais que se seguiram (Covilhã e Zaragoza, em 1922) sairá reforçada a ideia de unir esforços (Garner, 2016: 217).

Um dos mais significativos passos na evolução destas relações surge em 1923 com a realização da Conferência das Organizações Operárias de Portugal e Espanha em Évora. Nesse encontro, em que estão presentes vários delegados da C.G.T. e da C.N.T., Manuel Joaquim de Sousa e Manuel Pérez terão proposto a “unificação do Movimento Confederal e Libertário da Península Ibérica, englobando anarquistas espanhóis e portugueses” (Rodrigues, 2007: 17). Edgar Rodrigues vê nesse momento o gérmen do que viria a ser a F.A.I., ainda que outros, como Gómez Casas (1986) nunca lhe façam referência. Mas, novamente, essa tentativa de impulsionar as relações entre os dois países cairia por terra, algo que se terá devido aos desenvolvimentos políticos que ocorrem em Espanha nesse mesmo ano. Espelho dessas dificuldades, a 24 de dezembro, Silva Campos

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

e Manuel Joaquim de Sousa, enviados pela C.G.T. a Sevilha para se encontrarem com os congéneres da C.N.T. espanhola, são detidos pela Guardia Civil, permanecendo nessa condição até Março de 1924. O pretexto da detenção seria a suspeita de preparação de um *complot* comunista - acusações duplamente aviltantes, por um lado pela arbitrariedade “torquemadesca” da repressão, por outro pela ignorância das forças de ordem do país vizinho, que pareciam não compreender as nuances ideológicas dos movimentos sociais que contra elas se insurgiam¹⁷. A este respeito, veja-se uma nota publicada n’*A Comuna*:

«E assim, o ditador daquela nação fradesca e sanguinária, julga-se descansado, porque supõe ter para sempre arredado o perigo da união ibérica do proletariado... (...) Mas os verdugos da reacção capitalista poderão obstar a que a vontade revolucionária dos povos se realize? Não, a união ibérica, como a americana, hão de ser um facto - a despeito de todas as violências... E assim se caminhará para a fusão da família humana...»¹⁸.

Se o projeto de uma Central Sindical comum parecia sofrer um golpe terminal, o mesmo não acontecia com a ideia de Federação Ibérica. Em 1925 há novo encontro clandestino em Barcelona, no qual representantes dos dois países voltam a discutir o assunto e, em maio de 1926, em Marselha (devido ao número de militantes exilados em França e à impossibilidade de reunir em Espanha), é aprovada a criação da Federação Anarquista Ibérica, oficializada por um Comité organizador residente em Lisboa “dada a situação anormal de Espanha”. Dias depois se ficaria a saber que a situação em Portugal também se complicara, dificultando a ação do comité e impossibilitando a realização de um primeiro Congresso Ibérico. Este só se realiza nos dias 24 e 25 de junho de 1927, em Valência, tendo os anarquistas portugueses desistido de o organizar em virtude da repressão. É essa a data comumente aceite para a fundação da F.A.I., onde estiveram Germinal de Sousa e Francisco Quintal, secretário da U.A.P.

Estes primórdios da federação foram geralmente negligenciados, sendo o papel dos anarquistas portugueses remetido, na melhor das hipóteses, para uma nota de rodapé. Esse esquecimento tem muito que ver com o desenrolar dos acontecimentos em Espanha, com a implantação da Segunda República e o início da Guerra Civil - conjunturas que rapidamente consumiriam todas as energias dos anarquistas desse lado da fronteira. Nesse

¹⁷ “As infâmias dos governantes espanhóis”, *A Comuna*, 20 de Janeiro de 1924, 5.

¹⁸ “Revista Internacional - confederações operárias Ibérica e Americana”, *A Comuna*, 20 de Janeiro de 1924, 6.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

contexto subalternizado dentro da F.A.I., importa perceber como viam os libertários em Portugal o seu papel no organismo e que dividendos sentiam ou não estar a retirar.

Sobre a participação portuguesa na F.A.I., Jason Garner diria o seguinte: “Although they played a leading role in the preparations prior to the foundation of the federation, the influence of the Portuguese in the F.A.I. was limited. The F.A.I. was effectively a Spanish organization” (Garner, 2016: 214). De facto, assim parecia ser. Mas até que ponto essa subalternização na recém-criada federação não foi consentida? Os problemas internos arrastavam-se há muito e a chegada da ditadura militar apenas serviu para agravar os projetos dos anarquistas portugueses que mais e mais se pareciam conformar com a sua impotência. O esforço despendido para convencer os camaradas espanhóis a aderir à F.A.I., passando Portugal a ser considerado dentro desta como uma Região com os mesmos estatutos, direitos e liberdades de uma Catalunha ou Andaluzia, seria uma forma de mitigar dificuldades, permitindo uma cooperação mais próxima com as demais regiões, podendo estas fornecer recursos que, autonomamente, não podiam ser obtidos. Simultaneamente, a maioria dos libertários portugueses acreditava que a revolução social em Espanha estava iminente¹⁹, permanecendo na expectativa e com a vã esperança de esta se estendesse a Portugal, criando um momento oportuno para partir à conquista da Anarquia. Se internamente reinava um realismo entorpecedor, em relação ao exterior a ilusão era completa. Veja-se o seguinte excerto, retirado d’*O Anarquista*:

«Mudando em Espanha a sociedade desta maneira, a única possível, a única admissível, Portugal não pode continuar nesta caricata atitude, neste equívoco social, e os dois povos da Península têm de unir-se num só povo, fronteira rasa, abraçados por um ideal comum. Eis porque a Península deve ser breve o teatro duma nova e grandiosa revolução»²⁰.

Já nos anos trinta, e após a derrota do movimento do 26 de Agosto de 1931, o “canto do cisne” do reviranhismo, Mário Castelhana²¹ abraçaria essa ideia, afirmando que “a Revolução em Portugal será acompanhada ou precedida pelo proletariado de Espanha. Dificilmente se poderá concebê-la vitoriosa e perdurável isoladamente, lá como cá”

¹⁹ “O Golpe de Estado Espanhol”, *A Comuna*, 21 de Outubro de 1923, 7). Não se teceram muitos comentários no mesmo sentido para a ditadura portuguesa.

²⁰ “A Revolução Social na Ibéria”, *O Anarquista*, 14 de Março de 1926, 1.

²¹ Redactor d’*A Batalha* até 1927 e, na altura, clandestino em Lisboa depois de em 1928 ter sido enviado para o exílio em Angola.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

(Farinha, 1998: 200). No entanto, para que de Espanha pudessem vir os bons ventos necessários ao “casamento” das revoluções nos dois países, faltavam elementos essenciais. Nomeadamente, impunha-se que os militantes anarquistas estivessem a par dos desenvolvimentos políticos de ambos os lados da fronteira. Se o otimismo dos anarquistas portugueses em relação à evolução dos acontecimentos em Espanha era já indicativo de um certo desconhecimento de causa, do lado espanhol as leituras sobre a conjuntura em Portugal evidenciavam uma ainda mais flagrante ignorância. A forma como dois dos principais periódicos anarquistas espanhóis (incluindo o *Tierra y Libertad*, órgão oficial da F.A.I.) noticiavam eventos como a Revolta das Ilhas ou o 26 de Agosto é particularmente ilustrativa. Fala-se de “un golpe de muerte a la Dictadura republicana”, afirmando-se que “de Norte a Sur de Portugal brilla la llama del fuego revolucionario que pulverizara el despotismo de Carmona y sus secuaces”²², chegando a dar-se conta do assassinato de Carmona por parte dos revoltosos²³. Quando assim se descrevem episódios cujo quase imediato fracasso apenas permitiria à ditadura reforçar a sua posição na administração, no exército e até na opinião pública, tornam-se ainda mais prescientes os apelos feitos pelos militantes portugueses à federação ibérica, exigindo uma maior atenção ao que se passava em Portugal.

Na Conferência da F.A.I. de Junho de 1931, os delegados portugueses já tinham reclamando demonstrações mais concretas de solidariedade, sugerindo que a F.A.R.P. tivesse acesso a uma página do órgão oficial da federação para divulgar questões relativas à situação portuguesa²⁴, algo que nunca se materializa. No pleno de regionais da F.A.I., realizado em Madrid entre 31 de Julho e 3 de Agosto de 1932, o delegado da Aliança Libertária Portuguesa aproveitaria para recordar que a criação da F.A.I. se devia aos dois países e que algo deveria ser feito para apoiar a luta contra a ditadura que por lá se consolidava, levantando ainda a questão do apoio ao jornal gerido pela F.A.P.E. (Federação Anarquista de Portugueses Exilados)²⁵, o *Rebelião*. O pleno aprova as propostas, mas a publicação do periódico continuará a ser irregular, para grande

²² “Arenga Portugueses!”, *Tierra y Libertad*, 5 de Setembro de 1931, 1.

²³ “La Revolucion en Portugal”, *Solidaridad Obrera*, 28 de Agosto de 1931, 5.

²⁴ “Final de la grandiosa Conferencia de la F.A.I. – dictamen sobre la cuestión sindical”, *Tierra y Libertad*, 27 de Junho de 1931, 2.

²⁵ Fundada em 1932 servia como elo não apenas com grupos espanhóis, mas também com franceses, norte-americanos, argentinos, brasileiros, entre outros (Freire, 2007: 198).

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

desagrado da sua redação, que entendia que este poderia ter um peso capital na informação e agitação do proletariado português. O delegado insiste ainda na necessidade de fundir a C.G.T. com a C.N.T. numa Confederação Geral do Trabalho Ibérica, mas, novamente, não se ouve falar mais do assunto²⁶.

Havia quem considerasse que o derrube da ditadura em Portugal era do maior interesse para as forças progressistas em Espanha, uma vez que assegurava que, no caso de a revolução se dar, o país vizinho não se tornaria num ponto de apoio das forças reacionárias (como eventualmente se tornou)²⁷. A missão dos libertários lusos seria, por isso, defender a revolução espanhola, algo que chega a ser pensado minuciosamente, listando-se quais os pontos do país onde a ação anarquista deveria concentrar os seus esforços subversivos do ponto de vista da estratégia paramilitar.

Partia-se sempre de um postulado simples. A revolução em Portugal, conseguida autonomamente, era impossível, trazendo tal realização consigo uma dose de resignação e conformismo que não tinha lugar num movimento que se afirmava como vanguarda. Um dos que assim julgou foi Germinal de Sousa que, na carta de demissão do cargo que ocupava no secretariado a Aliança Libertária de Lisboa, escreve o seguinte:

«(...) os acontecimentos que por todo o mundo se sucedem, num precipitar desconcertante, colocam perante a classe operária um problema decisivo: a sua capacidade para a gestão da sociedade que vem. Aos anarquistas, pelas responsabilidades que lhes cabem de tantos anos de propaganda, não pode de forma alguma ser indiferente esta questão, aguardando que os acontecimentos determinem o que se deve fazer. (...) E, sejamos francos, uma vez, ao menos: estão os anarquistas portugueses preparados para esse trabalho? Têm os anarquistas de Portugal, neste momento, capacidade suficiente para promoverem e desenvolverem um movimento de carácter revolucionário? Ou, mais simplesmente, estão os anarquistas preparados para, de um movimento político, tirarem ineludíveis vantagens para a causa que defendem?»²⁸.

A resposta era negativa. Não só em virtude da repressão governamental, mas também dada a perda de contacto direto com o povo, “fundamental para a obra anárquica se realizar”. A proximidade conseguida através da influência no mundo associativo e

²⁶ A.H.S., Espólio da FARP-FAI, N61 cx. 1.

²⁷ *Feita a Revolução em Espanha, ela não terá possibilidades de triunfo desde que Portugal continue em regime estatal-capitalista. (...) Estudada a questão da defesa, de certo que o nosso primeiro passo deve ser secundar, não importando que sacrifícios custe, o gesto dos trabalhadores espanhóis*. Extracto retirado do relatório do delegado da A.L.P. ao Pleno de Regionais da F.A.I., realizado em Madrid nos dias 31 de Julho e 1, 2 e 3 de Agosto de 1932, A.H.S., Espólio da FARP-FAI, N61 cx. 1.

²⁸ Carta datada de 18 de Julho de 1932, A.H.S., Espólio da FARP-FAI, N61 cx. 1.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

comunitário era o mais importante trunfo de um movimento que, no que às suas estruturas diz respeito, revelou dificuldades para se estabilizar. Num contexto em que o acesso ao espaço público se encontrava vedado como nunca, vieram ao de cima as suas insuficiências.

No mesmo documento, fica claro que a ameaça “bolchevique” era já muito mais séria do que no passado, algo que só se agravaria com o triunfo da Frente Popular e durante os anos da Guerra Civil. Uma carta enviada pela F.A.P.E. à C.G.T. a 26 de junho de 1936 mostra até que ponto o Partido Comunista tinha conseguido superiorizar-se ao movimento anarquista na clandestinidade:

«(...) recebemos ainda uma carta dos camaradas de Angra em que eles se queixam da situação em que se encontram. Isto é: dizem que enquanto os comunistas recebem todos os meses auxílio material e todos os meses chega ali a imprensa comunista, aos nossos camaradas nada chega. Claro que isto não é mais que um desabafo e nisto não há qualquer espírito de censura para os camaradas que estão à frente da CGT. Mas atendendo a estas coisas é que nós víamos a necessidade de ver se aqui em Espanha era possível conseguir-se algo. Sobretudo conseguir alguma ajuda para os presos e para regularizar a saída da “BATALHA”. (...)»²⁹.

Mas, com o conflito a pender para o lado franquista, também os exilados percebiam que já lhes restavam poucas opções³⁰. Apesar de, a partir de Portugal, se ter tentado dar alento às forças republicanas, desde o desaire do “Soviete da Marinha Grande” que se revelava impossível mobilizar as massas em ações concertadas. Espanha iria deixando de representar a esperança numa revolução mundial e a eclosão da II Guerra Mundial parecia pôr um ponto final na ideia de que esta pudesse ser alcançada no tempo breve.

Conclusões

As relações entre anarquistas portugueses e espanhóis foram motivadas por impulsos heterogéneos, que poderiam passar por deveres de solidariedade, sentimentos iberistas, problemas internos ou esperanças depositadas no exterior. Qualquer um destes

²⁹ A.H.S., Espólio da FARP-FAI, N61 cx. 1.

³⁰ *De resto, acontece ainda que a maioria dos camaradas espanhóis, imensamente preocupados com a guerra que têm em casa, não se dão conta da tragédia que vai em casa do vizinho... Por todos estes motivos, entendemos que, além de tudo que nós possamos fazer aqui a favor dos nossos camaradas, é necessário fazer muito mais lá fora.* Carta da FAPE para o Comité de Relações da FARP, datada de 12 de Maio de 1938, A.H.S., Espólio da FARP-FAI, N61 cx. 1.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

aspectos poderia ser desenvolvido em maior detalhe, mas a análise fractal tem um propósito: atestar a importância de pensar a história do movimento libertário na sua dimensão transnacional, sem ignorar as relações ambíguas mantidas com sensibilidades nacionalistas ou regionalistas. Não se trata apenas de comparar os contextos próprios de cada um dos lados da fronteira, mas antes de perceber como estes se mesclam à revelia de linhas imaginárias, incapazes de impedir o fluxo das ideias. Nesse sentido, este artigo procurou deixar claro que o anarquismo manteve efetivamente uma orientação iberista e que esta não era vista como contraditória ante os valores internacionalistas do movimento. De resto, os laços entre Portugal e Espanha são apenas dos mais óbvios. Seria igualmente relevante refletir, de forma mais detalhada, sobre os contactos que se estabeleciam com o resto da Europa (nomeadamente com aquela que poderia ter integrado uma eventual Confederação Latina) ou com as Américas (nomeadamente com Brasil, Argentina e E.U.A.), tendo em vista a realização de um projeto libertários iberoamericanista.

Além disso, urge aprofundar o tema da militância sem fronteiras, analisando a forma como esta evidencia o desrespeito pelas fronteiras dos Estados e a pertença simultânea a diferentes espaços sensíveis (os espaços da prática, os espaços ideais e os espaços institucionais). Nesse domínio, a leitura de memórias e de correspondência privada de alguns militantes permite ter acesso a discursos ocultos, ausentes dos organismos oficiais com os quais contrastam, por vezes, dramaticamente.

Em suma, se para os anarquistas dos anos vinte e trinta era imperativo que se deixasse de levar a sério a fronteira, para aqueles que se propõem a estudar o movimento o mesmo se aplica.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

Bibliografia:

Espólios:

Espólio Germinal de Sousa (B.N.P. – Arquivo Histórico-Social)

Espólio da F.A.R.P. – F.A.I. (B.N.P. – Arquivo Histórico-Social)

Fontes periódicas:

A Batalha

A Comuna

Germinal

O Anarquista

O Protesto

Rebelião

Solidaridad Obrera

Tierra y Libertad

Estudos:

ABELLÓ GÜELL, Teresa (1997), *El movimiento obrero en España, siglos XIX y XX*, Barcelona, Hipòtesi.

ALVARÉZ JUNCO, José (1986), “El anarquismo en la España Contemporánea”, *Anales de Historia Contemporánea*, nº 5, pp. 189-200.

CHRISTIE, Stuart (2002), *We, the Anarchists! A Study of the Iberian Anarchist Federation*, Edinburgh, AK Press.

DÍAZ DEL MORAL, Juan (1995), *Historia de las agitaciones campesinas andaluzas*, Madrid, Alianza Editorial.

FARINHA, Luís (1998), *O Revirvalho – revoltas republicanas contra a Ditadura e o Estado Novo (1926-1940)*, Lisboa, Estampa.

FONSECA, Carlos da (1988), *Para uma Análise do Movimento Libertário e da sua História*, Lisboa, Antígona.

FORMAN, Michael (1998), *Nationalism and the International Labor Movement – the idea of nation in socialist and anarchist theory*, Pennsylvania, Pennsylvania State University Press.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

FREIRE, João (1992), *Anarquistas e Operários – ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Edições Afrontamento.

FREIRE, João (2007), “Sobre o Anarquismo Português e a Guerra de Espanha”, in Fernando Rosas (coord.), *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, Edições Colibri, pp. 197-207.

FREIRE, João (2017), “O pensamento anarquista (e algumas das suas práticas) e o iberismo” in Sérgio Campos Matos e Luís Bigotte Chorão (coord.), *Península Ibérica – Nações e Transnacionalidade entre dois séculos (XIX-XX)*, Famalicão, Húmus, pp. 191-208.

GARNER, Jason (2003), “Creating unity or division? The origins of the Federación Anarquista Ibérica”, *Journal of Contemporary History*, nº6, August, pp. 1-14.

GARNER, Jason (2016), *Goals and Means: Anarchism, Syndicalism, and Internationalism in the origins of the Federación Anarquista Ibérica*, Edinburgh, AK Press.

GÓMEZ CASAS, Juan (1986), *Anarchist Organization – The History of the F.A.I.*, Montréal, Black Rose Books.

LEVY, Carl (2004), “Anarchism, Internationalism and Nationalism in Europe, 1860-1939”, *Australian Journal of Politics and History*, vol. 50, nº 3, pp. 330-342.

MAITRON, Jean (1981), *Ravachol e os Anarquistas*, Lisboa, Antígona.

MATOS, Sérgio Campos (2017), *Iberismos – nação e transnação, Portugal e Espanha c. 1807 – c. 1931*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra.

MARQUES, Fernando Pereira (2007), “A Questão Ibérica em Antero de Quental”, *RES-PUBLICA*, nº 5/6, pp. 73-80.

MARTÍNEZ-GIL, Víctor (1997), “A Ideia Iberista na Geração do «Orpheu»” in *Il Portogallo e i Mari: un incontro tra culture*, Napoli, Istituto Universitario Orientale.

ROCAMORA, José Antonio (1990), *El Nacionalismo Iberista (1808-1936)*, Alicante, Universidad de Alicante.

ROCAMORA, José Antonio (1994), *El Nacionalismo ibérico (1792-1936)*, Valladolid, Universidad de Valladolid.

ROCKER, Rudolf (1998), *Anarcho-syndicalism*, London, Pluto Press.

RODRIGUES, Edgar (2007), “Os motivos que originaram a história da F.A.I.”, *verve*, nº12, pp. 157-168.

Gil Gonçalves - *Península Rubro-Negra – F.A.I. e o iberismo libertário no Entre Guerras (1927-1936)*. História. Revista da FLUP. Porto. IV Série. Vol. 10 nº 1. 2020. 29-52. DOI: 10.21747/0871164X/hist10_1a3

SOUSA, Manuel Joaquim de (1931), *Sindicalismo em Portugal – esboço histórico*, Lisboa, Comissão Escola e Propaganda do Sindicato do Pessoal de Câmaras da Marinha Mercante Portuguesa.

SOUSA, Manuel Joaquim de (1976), *O sindicalismo em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.

SOUSA, Manuel Joaquim de (1989), *Últimos tempos de acção sindical livre e do anarquismo militante*, Lisboa, Antígona.

TEODORO, José Miguel de Jesus (2013), *A Confederação Geral do Trabalho (1919-1927)*, Tese de Doutoramento em «História Contemporânea», Lisboa, Universidade de Lisboa.

TERMES, Josep (1977), *Anarquismo y sindicalismo en España – La Primera Internacional (1864-1881)*, Barcelona, Editorial Crítica.

THORPE, Wayne (1989), “The Workers Themselves” – *Revolucionary Syndicalism and Internacional Labour 1913-1923*, Amsterdam, International Institute of Social History.